



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS ZONAS ÁRIDAS E SEMI-ÁRIDAS

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO
PARA EMISSÃO DE ALERTAS DE SECA E IMPLEMENTAÇÃO DOS
PLANOS DE ACÇÕES ANTECIPADAS**

“Versão Aprovada pela 5ª Sessão Ordinária do CTGD, realizado no dia 26 de Outubro de 2022”

Maputo, Novembro de 2022



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Coordenação Geral:



Assistência Técnica:



Colaboração Técnica:



Financiamento:



Embaixada da Noruega

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral

Nome - Instituição/Função

Paulo Tomás – INGD-DARIDAS/Director

Olga Morar – INGD-DARIDAS/Directora
Adjunta

António Beleza – INGD-CENOE/Director
Adjunto

Equipe Técnica

Nome - Instituição/Função

Sisenando Marcelino – INGD-
DARIDAS/Técnico

Epifânia Huate – INGD-DARIDAS/Ponto Focal

Lurdes Cossa – INGD-DARIDAS/Ponto Focal

João Carlos Zualo – INGD-DARIDAS/Ponto
Focal

Eduardo Castro Jr. – INGD-DARIDAS/Ass.
Téc./PMA

Bernadino Nhantumbo - INAM/Ponto Focal

Isaias Raiva - INAM/Ponto Focal

Célio Matuele - INAM/Ponto Focal

Zélia Chilenge – INGD-DPC/Ponto Focal

Salvador Domingos – INGD-CENOE/Ponto
Focal

Xavier Gulele – INGD-CENOE/Técnico

Hiten Jantilal - MADER-DNDAF/Ponto Focal

Zulmira Mumino - MADER-DNDAF/Ponto Focal

Fernanda Simbine - SETSAN/Ponto Focal

Dércio Zandamela - DNGRH/Ponto Focal

Isac Filimone - DNGRH/Ponto Focal

Moisés Faduco - DNGRH/Ponto Focal

Álvaro Zimba - MGCAS/Ponto Focal

Cecília Nguila - MEF/Ponto Focal

Custódio Mapossa - INAM/Ponto Focal

Manuel Poio - MTA/DINAB/ Ponto Focal

Luís Artur - UEM/Pesquisador

Sá Nogueira Lisboa - UEM/Pesquisador

Inocência Pereira - UEM/Pesquisador

Ginito Maure – UEM/Pesquisador

Flávio Aires Jone - INGD-Gaza/Ponto Focal

Edmundo Maseco - INGD-Tete/Ponto Focal

Samuel Lucas Loganimio - INGD-
Manica/Ponto Focal

Mário Robalo - INGD-Sofala/Ponto Focal

Cremildo Nicasse - INGD-DRC/Ponto Focal

Silvia Pieretto - PMA

Benvindo Nhanchua - PMA

Victoria Rubene - PMA

Valdmiro Sultano - CVM

Khalid Cassam - FAO

Figueiredo Araujo - PNUD

Dino Buene - Fewes Net

Paulo Artur - WeWorld GVC

António Macia - WeWorld GVC

Salomão Tembe - COSACA (OxFam)

Meleq Gomes - Save the Children

ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	2
LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
2. INTRODUÇÃO.....	7
2.1.Objectivos.....	8
3. VULNERABILIDADE À SECA EM MOÇAMBIQUE.....	9
3.1 Classificação dos níveis de seca.....	10
4. FLUXO DE INFORMAÇÃO E ALERTA DE EMERGÊNCIA DE SECA.....	12
5. SISTEMA DE ALERTA PARA O RISCO DE SECA	13
5.1. Accionadores para o Sistema de Aviso Prévio à Seca.....	13
6. PROCESSO DE FINANCIAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PAAs-SECA.....	17
ANEXO.....	19

GLOSSÁRIO

1. Acção/intervenção antecipada - são aquelas que devem ser levadas a cabo antes da ocorrência da seca, baseadas em previsão meteorológica, com vista a mitigar os seus impactos.
2. Accionador de seca - traduzido do inglês (*drought trigger*) é a probabilidade de ocorrência de uma seca tendo em conta o seu período de retorno, a previsão sazonal e os dados históricos de uma determinada região.
3. Anomalia - é o desvio de uma unidade mensurável (por exemplo, temperatura ou precipitação) ao longo de um período de tempo, numa determinada região, em comparação com a média de longo prazo, muitas vezes a média de 30 anos.
4. Aridez - refere-se à um desequilíbrio permanente na disponibilidade hídrica que consiste em baixa precipitação média anual, com alta variabilidade espacial e temporal, resultando em baixa humidade geral e baixa capacidade de suporte dos ecossistemas¹.
5. Estiagem - é um fenómeno caracterizada pelo atraso considerável do início da época chuvosa ou por um elevado número de dias secos consecutivos ao longo de uma época, resultando no stress hídrico das culturas agrícolas.
6. Financiamento baseado em Previsão (FbP) - é uma abordagem de gestão do risco de desastres que consiste na disponibilização de fundos para a promoção de intervenções antecipadas de mitigação dos impactos de um desastre natural, isto é, antes da ocorrência do desastre, dentro de um Sistema de Aviso Prévio (SAP);
7. Indicadores - são variáveis ou parâmetros usados para descrever as condições de seca. Exemplos incluem precipitação, temperatura, caudal, níveis de água subterrânea e reservatórios, humidade do solo, número de dias secos e início da época chuvosa.
8. Índices - são normalmente, representações numéricas usadas para estimar a severidade da seca, com base em dados climáticos ou hidro-meteorológicos. Eles visam medir o estado qualitativo das secas na paisagem por um determinado período de tempo.
9. Limiares - são os valores dos índices que indicam o início de cada nível de seca.
10. Mitigação dos efeitos da seca – é o conjunto de estratégias e medidas visando disponibilizar, racionalizar e utilizar recursos hídricos em ambientes com limitada precipitação ou disponibilidade de fontes de água.

¹ Agricultural Water Management (2002), disponível em <https://www.sciencedirect.com/topics/earth-and-planetary-sciences/aridity>

11. Monitoria da seca - envolve a medição de mudanças na precipitação, temperatura e abastecimento de água superficial e subterrânea, entre outros factores².
12. Plano Distrital de Ações Antecipadas contra a Seca - é um instrumento que visa viabilizar a iniciativa de Financiamento baseado em previsões (FbP);
13. Previsão de seca - é à previsão da gravidade da seca (por exemplo, valores de um indicador de seca específico). Em certos casos, a previsão de seca também se refere a outras propriedades, como duração e frequência da seca, ou fases, como início, persistência e recuperação³.
14. Resposta - é o conjunto de medidas que visam salvar vidas, garantir saúde e segurança pública e satisfazer as necessidades básicas das pessoas afectadas antes, durante e após a ocorrência de um evento extremo.
15. Seca - refere-se à um choque natural de progressão lenta que resulta de uma deficiência de precipitação bem como, da falta de humidade do solo de uma região, ao longo de um determinado período de tempo, em comparação com a média de pelo menos 30 anos (considerada normal).
16. Seca agrícola - é aquela que ocorre quando a quantidade de humidade disponível no solo num determinado espaço de tempo, não satisfaz as necessidades hídricas de uma cultura agrícola. Portanto, resulta do impacto da seca meteorológica (e/ou hidrológica) sobre a produção agrícola. No caso de Moçambique, onde cerca de 95% dos agricultores são do sector familiar e praticam a agricultura de sequeiro (que depende da chuva), a seca agrícola ocorre, principalmente, devido à escassez de precipitação, e também devido a outros factores como as diferenças entre a evapotranspiração real e potencial, défices de água no solo e níveis reduzidos de água subterrânea.
17. Seca climatológica/meteorológica - é uma anomalia negativa da precipitação de uma determinada região, especialmente durante a época chuvosa. Esta falta de precipitação ou o volume de precipitação abaixo dos níveis normais, pode ocorrer em períodos breves ou prolongados ao longo de uma estação, e também ao longo de várias estações sucessivas, isto é, ao longo de vários anos.

²Portal de Monitoria da seca do Governo dos Estados Unidos da América: https://www.droughtmanagement.info/literature/GWP_Handbook_of_Drought_Indicators_and_Indices_2016.pdf

³Hao, Z., Singh, V. P., & Xia, Y. (2018). Seasonal drought prediction: Advances, challenges, and future prospects. Reviews of Geophysics, Disponível em: <https://doi.org/10.1002/2016RG000549>

18. Seca hidrológica - é aquela que está associada aos efeitos da falta de precipitação sobre o caudal da água superficial e subterrânea, ou seja, a redução do caudal dos rios, do nível de água dos reservatórios e lagos, e do nível freático, à níveis abaixo do considerado normal.
19. Seca socioeconómica - é aquela que ocorre quando a demanda de água e dos produtos que dependem a sua disponibilidade (como é o caso de produtos agrícolas) excede a oferta como resultado da falta de precipitação.
20. Sistema de Aviso Prévio - é um mecanismo integrado de previsão, monitoria e avaliação de risco de desastres, que inclui a preparação e comunicação antecipada, de modo que as comunidades, entidades governamentais, o sector privado e as organizações não-governamentais tomem medidas oportunas para reduzir os potenciais impactos negativos de um desastre⁴.

⁴ United Nation Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR) - <https://www.undrr.org/terminology/early-warning-system>

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AA	Acção Antecipada (AAs - no plural)
AJOAGO	Associação de Jovens Amigos de Govuro
CENOE	Centro Nacional Operativo de Emergência
CTGD	Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres
CVM	Cruz Vermelha de Moçambique
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DNDAF	Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
DPC	Divisão de Planificação e Cooperação
DPM	Divisão de Prevenção e Mitigação
DPP	Departamento de Planificação e Pesquisa
DRC	Direcção Regional Centro
ECMWF	Centro Europeu de Previsões Meteorológicas de Médio Prazo (<i>European Centre for Medium-Range Weather Forecasts</i>)
ENSO	El Niño-Oscilação do Sul
FAO	Programa das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FbP	Financiamento baseado em Previsão
FNAC	Fórum Nacional de Antevisão Climática
GTT	Grupo Técnico de Trabalho
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
Narod	Agência Norueguesa para Cooperação e Desenvolvimento
PAA	Plano de Acção Antecipada (PAAs – no plural)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAP	Sistema de Aviso Prévio
SPI	Índice de Precipitação Padrão (<i>Standard Precipitation Index</i>)
SETSAN	Secretariado Técnico para Segurança Alimentar
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Acções antecipadas (AAs) consistem em medidas de prevenção e mitigação dos negativos impactos negativos de um desastre, que são pré-definidas, com base em limiares de previsão e análises de risco, e implementadas em antecipação à ameaças específicas. Em Moçambique as AAs fazem parte do quadro nacional de gestão de risco de desastres, previsto no artigo 13 de Lei 10/2020 e no Objectivo Estratégico no. 2 do Plano de Protecção Financeira contra Desastres.

Com vista a responder aos desafios impostos pela Lei nº 10/2020, em relação a necessidade de estabelecimento de um mecanismos nacional de alertas apropriados para atempadamente detectar e responder à situação de emergência de seca (Artigo 36), através de um Sistema de Aviso Prévio (SAP) ligado a Acções Antecipadas (AAs), foi criado o Grupo Técnico de Trabalho (GTT)⁵, para o fortalecimento do sistema nacional de gestão do risco de seca, nas componentes de previsão, monitoria, prevenção, mitigação e resiliência com foco para o risco de insegurança alimentar das comunidades rurais em Moçambique.

⁵O Grupo Técnico de Trabalho (GTT) é coordenado pelo INGD através da Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS), e contempla as seguintes áreas/Sub-grupos: **(1) Aviso prévio, accionadores e gestão de informação**, sob a coordenação do INAM e do MADER, conta com a participação da DNGRH, CENOE, SETSAN, UEM, PMA, CVM, FAO, COSACA, Save the Children e FewsNet; **(2) Planificação de acções antecipadas**, coordenado pela DARIDAS e pela DPC, conta com a colaboração do MADER, MGCAS/INAS, MTA, INE, PMA, CVM, FAO, COSACA e Save the Children; **(3) Financiamento, implementação, monitoria e avaliação dos PAAs**, sob a coordenação CENOE e PMA, conta com a colaboração da CVM, FAO, COSACA e Save the Children

2. INTRODUÇÃO

Numa fase inicial, no âmbito da CdE com o PMA foram seleccionados apenas 4 distritos piloto: Marara e Changara (Tete), Chibuto e Guijá(Gaza). Recentemente, também em parceria com o PMA foram capacitados os COEs de Caia e Chemba, província de Sofala, para a elaboração de Planos de Acções Antecipadas (PAAs). Actualmente, estão em curso esforços, em coordenação com parceiros como a We-World GVC e a Save the Children, com vista a expansão dos PAAs para mais distritos vulneráveis à seca.

Em Outubro de 2021 os Planos de Acções Antecipadas dos distritos piloto foram integrados no Plano de Contingências (2021/2022), aprovado pelo Governo da República de Moçambique, durante a 37ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Não obstante, a implementação de acções antecipadas no âmbito do Financiamento baseado em Previsão (FbP) depende de três (3) factores:

- i. Desenvolvimento e aprovação prévia de Planos de Acções Antecipadas (PAAs);
- ii. Definição de accionadores de seca para a activação dos PAAs;
- iii. Identificação de mecanismos claros e oficiais de financiamento dos PAAs.

Assim, tendo em conta que estão em curso esforços, em coordenação com diversos parceiros de cooperação, com vista a expansão dos PAAs para mais distritos vulneráveis à seca, a seleção e aprovação de accionadores bem como o estabelecimento dos mecanismos de financiamento dos PAAs, constituem os principais desafios para o sucesso desta iniciativa.

Assim, de modo a definir os mecanismos de gestão de fundos de acções antecipadas, bem como, todo o processo de Sistema de Aviso Prévio à seca, propõe-se o presente documento, denominado: *Manual de Procedimentos Operacionais Padrão para Emissão de Alertas de Seca e implementação dos Planos Distritais de Acções Antecipadas.*

2.1 Objectivos

2.1.1 Objectivo geral

- Definir os mecanismos de emissão de alerta de seca, financiamento e implementação dos Planos de Acções Antecipadas.

2.1.2 Objectivos específicos

- 1) Descrever a cadeia dos processos de disseminação de informação de previsão e monitoria da seca;
- 2) Definir o sistema de alerta de seca para a activação e implementação dos Planos de Acções Antecipadas;
- 3) Estabelecer os mecanismos de financiamento para a implementação dos Planos de Acções Antecipadas.

3. VULNERABILIDADE À SECA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique está exposto a múltiplos eventos adversos ligados ao clima, tais como, tempestades tropicais, ciclones, cheias e secas. De acordo com o estudo do INGC (2009)⁶ a seca é o evento que mais contribui para a elevada vulnerabilidade climática da população rural em Moçambique. Dados históricos indicam que, a seca mais grave dos últimos 20 anos foi registada na estação agrícola de 2015/2016, afectando uma população estimada de 2.2 milhões de pessoas. Nas épocas agrícolas de 2017/18, 2018/19 e 2019/20, estima-se que cerca de um milhão de pessoas foram afetadas pela seca. A tabela abaixo apresenta dados históricos adicionais de 40 anos (1980-2020), com a indicação das províncias mais afetadas e do o número da população afetada podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 1: Histórico das principais secas em Moçambique

Ano	Províncias	População afectada
1981	Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Zambézia	4.75 milhões
1987	Inhambane	8,000
1989	Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica	6 milhões
1990	Central	3.3 milhões
1998	Maputo, Gaza, Inhambane	no data
2001	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Zambézia	7 milhões
2003	Tete	119,500
2005	Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Zambézia, Tete	1.4 milhões
2007/8	Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete	1,020,000
2010	Maputo, Inhambane, Gaza	460,000
2016	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete	2.3 milhões

Fonte: EM-DAT (2020) cited by Southern Africa Drought Resilience Initiative (SADRI)⁷

Projeções das alterações climáticas para a década de 2050 em Moçambique indicam uma tendência substancial de aumento da temperatura média diária em todo o país. Em contraste, as projeções de precipitação são mistas, com a maioria dos modelos a projectar reduções na precipitação média anual. Com o aumento da temperatura média diária, o consequente aumento da evaporação terá um impacto negativo na disponibilidade de água para o consumo humano e para a produção agropecuária. Em particular, a agricultura de sequeiro será cada vez

⁶ INGC 2009, Estudo sobre o Impacto das Mudanças Climáticas no Risco de Desastres em Moçambique: Relatório de Síntese [[aqui](#)]

⁷ https://www.ciwaprogram.org/wp-content/uploads/SADRI_Drought_Resilience_Profile_Mozambique.pdf

mais exposta a perdas de produção devido ao stress hídrico, comprometendo assim a capacidade de subsistência da população rural.

Segundo o Plano de Acção Nacional de Combate a Seca e Desertificação (PANCSO) o fenómeno da seca e desertificação encontra-se interrelacionado principalmente com as condições de pobreza e o nível de vida da população. Questões de ordem social, económica, cultural, segurança alimentar, migração, água potável, entre outros, estão intimamente ligadas à desertificação.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2013⁸), cerca de 3,2 milhões de pequenos agricultores, que pratica a agricultura de sequeiro, é responsável por 95% da produção agrícola em Moçambique. Segundo a análise integrada de contexto do Programa Mundial para a Alimentação (PMA), os distritos das províncias de Gaza e Tete estão entre os mais expostos à seca associada a altos níveis de insegurança alimentar (figura 1).

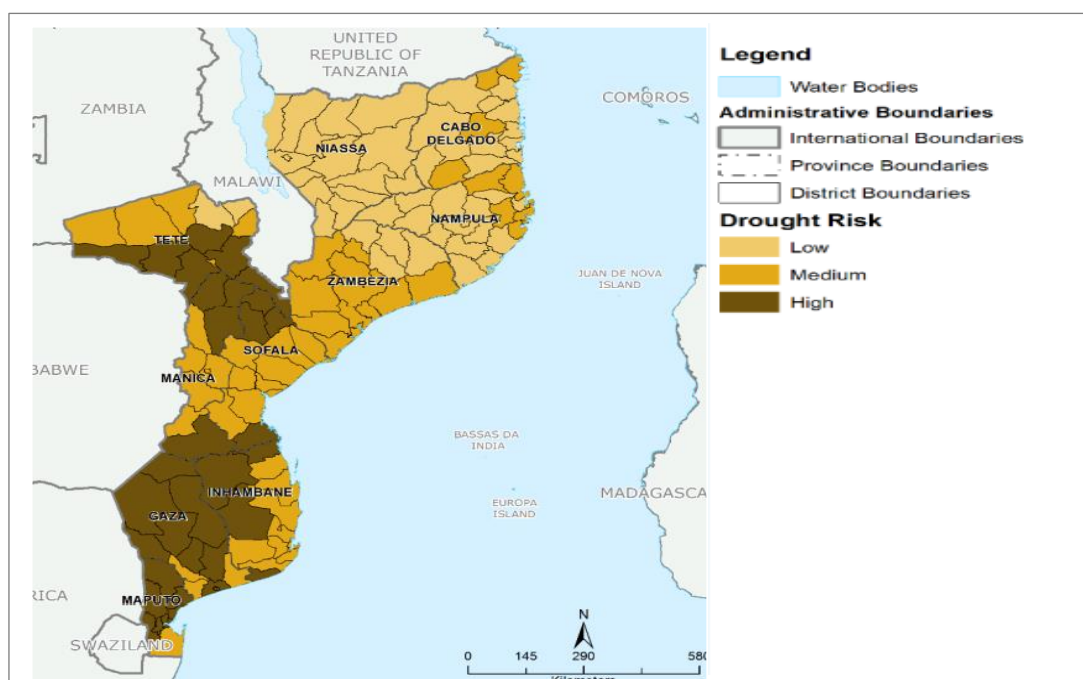


Figura 1: Análise Integrada de Contexto da seca em Moçambique

Fonte: PMA (2017)

⁸ <https://www.fao.org/3/bp616e/bp616e.pdf>

3.1 Classificação dos níveis de seca

A categorização dos níveis de seca sustenta-se nos possíveis resultados de previsão, considerando as condições climatológicas e socio-económicas do país, e tendo em conta a padronização internacional. Em Julho de 2021, O GTT/SAP/AAs-seca deliberou que o Índice de Precipitação Padronizada (*Standard Precipitation Index - SPI*), pode ser usado para a monitoria e previsão da seca no país. O SPI é determinado pelo INAM, IP com base em dados históricos do CHIRPS conjugados com dados de previsão do ECMWF. Assim, com base no SPI, foram definidos limiares específicos de classificação dos níveis de seca, tendo em conta o contexto de Moçambique, conforme indicado na tabela 2.

Tabela 2: Classificação da seca com base nos intervalos e limiares do SPI

Classificação	Período de Retorno	Limiares (intervalos de SPI)
Sem Seca	–	$SPI \geq - 0,67$
Seca Leve	1 em 4 anos	$SPI \leq - 0.68$
Seca Moderada	1 em 5 anos	$SPI \leq - 0.85$
Seca Severa	1 em 6 anos	$SPI \leq - 1$

Assim, conforme indicado na tabela acima, para efeitos de operacionalização SAP/AAs-seca, são propostos os seguintes níveis de seca:

- 1) **Sem seca** - situação em que se observa precipitação abaixo do normal, cujo défice não provoca impactos negativos significativos, isto é, a variação não difere significativamente da precipitação normal (padrão) para o período em análise.
- 2) **Seca leve** – quando ocorrem leves reduções da precipitação total ao longo da época chuvosa ou por um período relativamente prolongado sem precipitação significativa, o que pode ocasionar em baixos níveis de produção agrícola e escassez de água para o consumo humano e animal. Secas leves ocorrem com um período de retorno médio de 1 a cada 4 anos.
- 3) **Seca moderada** – É caracterizada por moderados níveis de reduções das precipitação total ao longo da época chuvosa ou por um período moderadamente prolongado sem precipitação significativa, o que pode comprometer a disponibilidade de água para o consumo humano, bem como para a produção agrícola e animal, a ponto de causar perdas de culturas, morte do gado e focos de insegurança alimentar associado a

redução significativa do nível de água das represas/reservatórios. Secas moderadas ocorrem com um período de retorno médio de 1 a cada 5 anos.

- 4) **Seca severa** - É caracterizada por níveis severos de reduções da precipitação total ao longo da época chuvosa ou por um período prolongado sem precipitação significativa, o que pode inviabilizar a produção agropecuária de subsistência, podendo resultar em insegurança alimentar aguda, escassez de água nas represas, restrições na capacidade de escoamento das barragens, e até mesmo desastre. Secas severas ocorrem com um período de retorno médio de 1 a cada 6 ou 7 anos.

4. FLUXO DE INFORMAÇÃO E ALERTA DE EMERGÊNCIA DE SECA

O Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) é responsável pela previsão e monitoria de possíveis eventos de seca, juntamente com a Direcção Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (DNDAF), a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) e o Centro nacional Operativo de Emergência (CENOE).

Assim, as previsões produzidas pelo INAM serão partilhadas com todos os sectores relevantes para previsão, monitoria e análise de risco e vulnerabilidade à seca (INGD, MADER, DNGRH, SETSAN e parceiros), dos níveis central, provincial, distrital e comunitários. Para o efeito serão produzidos boletins com uma periodicidade semestral, trimestral e mensal, contendo a descrição do risco de seca, para auxiliar o processo de tomada de decisão em casos de alerta, de acordo com a ilustração da figura 2.

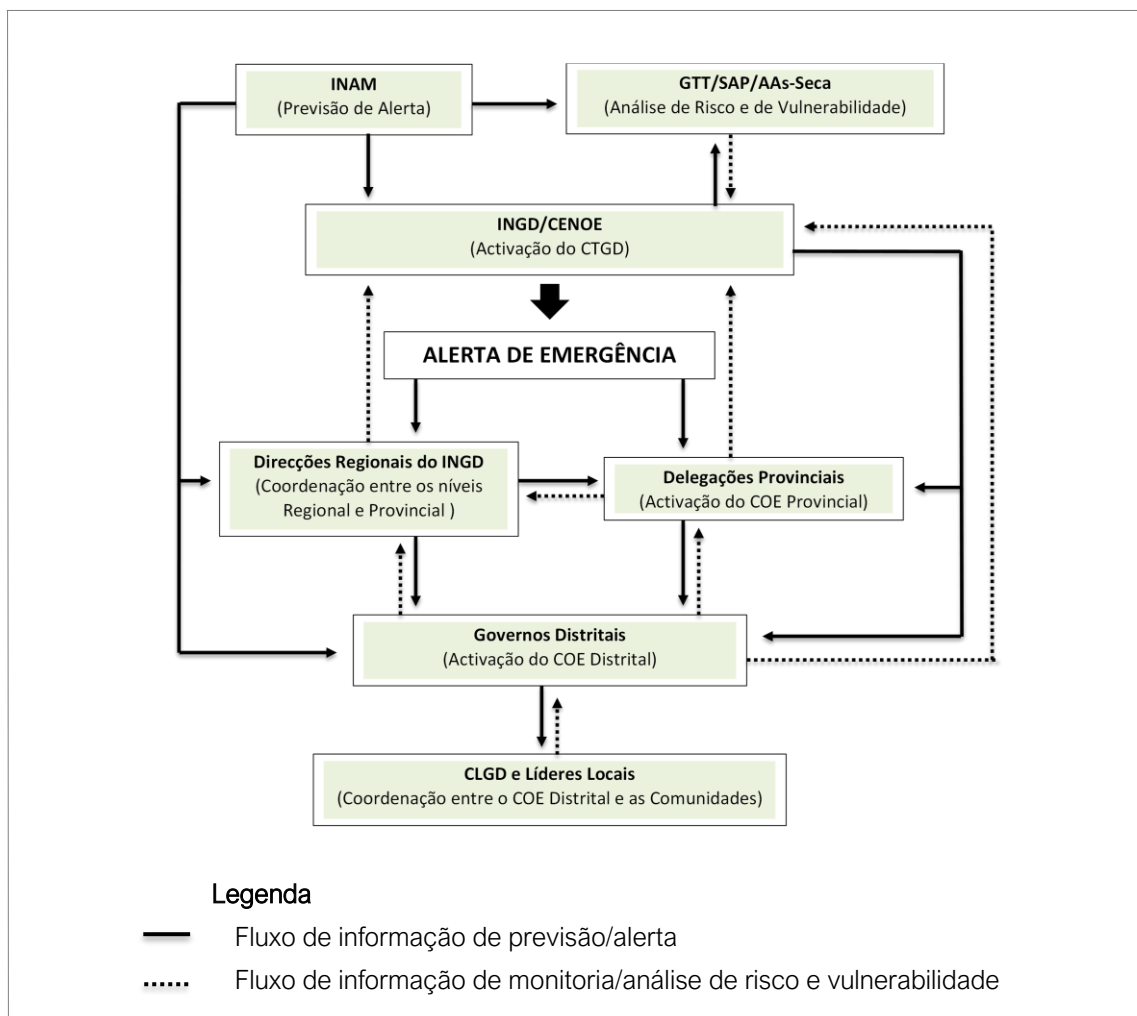


Figura 2: Representação esquemática do fluxo de informação de seca

4. SISTEMA DE ALERTA PARA O RISCO DE SECA

A previsão da seca é feita com base no índice de Precipitação Padrão (SPI) determinado pelo INAM com o apoio técnico do PMA. De acordo com a Organização Mundial de Meteorologia, o SPI é um dos índices básicos para a monitoria e previsão da seca. O SPI permite estimar a probabilidade de ocorrência de seca com até 6 meses de antecedência. Com base nos dados de previsão de seca, o INAM, IP irá produzir boletins mensais com a indicação do nível de alerta de acordo com a descrição da tabela abaixo.

Tabela 3: Descrição do sistema de alerta para o risco de seca

	Previsão	Alerta	Observação – Fases
Previsão inicial (3 meses de antevisão)	Negativa	Sem alerta	Monitoria contínua dos dados de campo e actualização das previsões
	Positiva	AMARELO	Indicação de seca moderada ou severa (<i>Fase de Prontidão</i>)
Previsão de verificação (1 a 2 meses de antevisão)	Negativa	Sem alerta	Monitoria contínua dos dados de campo e actualização das previsões
	Positiva	LARANJA	Iminência de seca moderada ou severa (<i>Fase de Activação e Implementação dos PAAs</i>)
Observação de seca ao longo da época chuvosa	Negativa	Sem alerta	Monitoria contínua dos dados de campo e actualização das previsões
	Positiva	VERMELHO	Ocorrência da seca (<i>Fase de Resposta a seca</i>)

5.1 Accionadores para Acções Antecipadas à Seca

O sistema de accionadores acções antecipadas à seca tem como alvo eventos de deficit de precipitação por mais de dois meses consecutivos durante a época chuvosa que coincide com a primeira campanha agrícola. Dependendo da região do país este período estende-se entre os meses de Outubro de um ano a Maio do ano seguinte. Com vista a tornar o sistema de accionadores mais fiáveis e reduzir a margem de erro, foi desenvolvida uma abordagem que permite a validação da previsão de accionadores em casos de uma indicação positiva de ocorrência de seca (tabela 3). O sistema permite prever a ocorrência de seca durante as diferentes fases da primeira época agrícola com um máximo de 6 meses de antecedência no entanto, para a tomada de decisão são consideradas as previsões dos últimos 3 a 2 meses antes do início de cada janela ou período de crescimento das culturas agrícolas de sequeiro.

Para cada janela, a fase de prontidão será activada durante a previsão inicial de alerta, 3 meses antes do período previsto para a implantação de acções antecipadas (tabela 3). A fase de activação ocorre somente em casos de seca moderada ou severa, e inicia a partir do mês da emissão da previsão de verificação/validação, que ocorre 1 a 2 meses antes da fase de implantação dos Planos de Acções Antecipadas.

Para a operacionalização do SAP/AAs-seca, a nível nacional a partir da época chuvosa 2022/2023, entre os dias 1 a 3 de Junho de 2022, o GTT/SAP/AAs-seca, através do Sub-grupo 1, definiu os critérios para a determinação de accionadores para todos os distritos do país, conforme indicado na tabela 4, tendo em conta dois (2) cenários de vulnerabilidade:

- 1) **Accionadores gerais** – quando o nível de vulnerabilidade da população em risco é considerado normal ou baixo. Por exemplo quando a campanha agrícola anterior, da região em análise foi excedentária;
- 2) **Accionadores de crise** – quando o nível de vulnerabilidade das população em risco é considerado elevado. Por exemplo, quando a campanha agrícola anterior da região em análise foi deficitária, com baixa produção agrícola e escassez de água.

Tabela 4: Critérios para a determinação de accionadores gerais e de crise

Nr./O	Critérios para a determinação de accionadores	Accionadores Gerais	Accionadores de Crise
1	Capacidade/percentagem mínima de previsão de seca (%)	50	65
2	Nível mínimo de sucesso/effectividade dos PAAs implementados (%)	65	55
3	Nível máximo de fracasso dos PAAs implementados – alarmes falsos (%)	35	45
4	Período de retorno (anos) para a implementação dos PAAs em casos de seca		
4.1	Leve	1 seca em 4 anos	1 seca em 3 anos
4.2	Moderada	1 seca em 5 anos	1 seca em 4 anos
4.3	Severa	1 seca em 7 anos	1 seca em 6 anos
5	Condição não tolerável de implementação dos PAAs para seca		
5.1	Leve	SPI ≥ 0 ou DRY ≤ 0	
5.2	Moderada	SPI > - 0.44 ou DRY < 0.44	
5.3	Severa	SPI > - 0.68 ou DRY < 0.68	

A implementação de acções antecipadas no âmbito do Financiamento baseado em Previsão (FbP) está condicionada ao desenvolvimento e aprovação prévia de Planos de Acções Antecipadas (PAAs) bem como a definição de accionadores de seca. Na época chuvosa 2021/2022 foram elaborados e aprovados PAAs de 4 Distritos Piloto: Chibuto e Guijá (na província de Gaza), Changara e Marara (na província de Tete), no entanto ainda não existiam accionadores para orientar a tomada de decisão.

À partir da próxima época chuvosa 2022/2023, como resultados da definição critérios para a determinação de accionadores, o INAM poderá determinar os accionadores para possibilitar a activação e implementação dos PAAs. Em termos de parâmetros de monitoria de seca, para a operacionalização do sistema de aviso prévio à seca foram indicados vários parâmetros de precipitação, vegetação, temperatura, solo e segurança alimentar, conforme descrito na tabela 5.

Tabela 5: Indicadores usados para a monitoria da seca

Parâmetro	Classificação	Órgão de tutela
Precipitação		
Início da época chuvosa	Indicador	INAM
Início da sementeira	Indicador	MADER
Precipitação acumulada	Indicador	INAM e MADER
Anomalia de precipitação	Indicador	INAM
Número de dias secos	Indicador	INAM e MADER
Índice de Satisfação Hídrica das Culturas (WRSI)	Índice	MADER
Vegetação		
Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI)	Índice	MADER
Temperatura		
Temperatura do ar	Indicador	INAM e MADER
Temperatura da superfície do solo	Indicador	MADER
Solo		
Humidade do solo	Indicar	MADER
Segurança Alimentar e Nutricional		
Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar	IPC	SETSAN

6. PROCESSO DE FINANCIAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PAAs-SECA

Mediante a activação dos accionadores de seca, o Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGD) reúne-se para decidir sobre a *Activação e Implementação dos PAAs* (tabela 4), mediante a avaliação dos dados de previsão do INAM, tendo em conta informação adicional da monitoria realizada pela Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (DNDAF), da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), do Centro Nacional Operativo de Emergências (CENOE) e de outros sectores relevantes, incluindo os parceiros de cooperação.

Tabela 6: Passos para activação, financiamento e implementação dos PAAs-seca

Nr/o	Passos depois do alerta	Responsável	Intervalo de tempo
1	Convocar o CTDGD, e em caso de necessidade de activação do Plano de Acções Antecipadas, elaborar e submeter uma nota à Delegação Provincial do INGD	CENOE/COE	24 – 72 horas após a recepção da previsão de alerta do INAM de activação do accionador
2	Requisitar os fundos junto ao INGD central	INGD provincial	48 – 72 horas apos a solicitação do Governo do Distrito
3	Disponibilizar os fundos para a Secretaria Distrital por Transferência Bancária directa do INGD Central com conhecimento do INGD Provincial	INGD central/FGC	72 horas-120 horas após a solicitação do INGD Provincial

4	Disponibilização faseada de fundos aos Serviços Distritais de acordo com as actividades plasmadas no PAA, com base numa requisição.	Secretaria Distrital	48 horas após a solicitação de cada Serviço Distrital
5	Implementação das actividades seleccionadas no PAA	Serviços Distritais, INAS e Parceiros	3 meses
6	Prestação de contas ao INGD Provincial e Central (segundo o sistema estabelecido na Função Pública)	Serviços Distritais e/ou INAS	Relatórios quinzenais, mensal, trimestral, semestral e/ou Anual
7	Monitoria e Avaliação	INGD Central, Provincial e Parceiros	Trimestral e/ou semestralmente

No âmbito do financiamento dos planos distritais de acções antecipadas, todos os fundos destinados a implementação de AAs deveriam ser canalizados ao, e geridos pelo, FGC. Não obstante, de acordo com o artigo 2 do decreto 53/2017, que se refere ao Manual de Procedimentos do FGC, os recursos do FGC destinam-se exclusivamente ao financiamento das actividades de reforço da prontidão, resposta, recuperação e reconstrução pós-calamidades. Portanto, os recursos financeiros alocados ao FGC não podem ser aplicados para a implementação dos PAAs no âmbito do Financiamento baseado em Previsão (FbP). Assim, o desembolso de fundos por parte dos Parceiros de Cooperação do Governo, para a implementação dos PAAs poderá ser feito por transferência bancária para a conta de Projectos do INGD.

Adicionalmente, todos os processos de aquisição de bens e serviços deverão ser executados de acordo com o previsto no Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto 5/2016 de 8 de Março.

ANEXO 1

ESTRUTURA DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO

De forma a operacionalizar o processo de desenvolvimento do Sistema de Aviso Prévio à Seca, o INGD através da DARIDAS, formalizou e capacitou um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para o Sistema de Aviso Prévio à Seca. Espera-se que este GTT apoie o Governo no estabelecimento de mecanismos de alertas adequados para a tomada de decisão em casos de uma possível seca severa. Para fim de coordenação das diferentes instituições que compõem os subgrupos, cada subgrupo é coordenado por duas instituições sendo uma líder e a outra co-líder (tabela 1).

Tabela 1: Composição dos subgrupos e respectivas áreas de trabalho

SUB-GRUPO	LIDER	COLIDER	MEMBROS	AREAS DE TRABALHO
1. Gestão de informação	INAM	MADER	DNGRH SETSAN CENOE Academia (UEM) Parceiros (PMA, CVM, FAO, COSACA, Save the Children e FeswNet)	Sistema de aviso prévio; Monitoria, previsão e análise de risco e vulnerabilidade a seca; Estimativas de impacto.
2. Planificação	DARIDAS	DPC	MADER/DNDAF SETSAN MTA INE MGCAS/INAS Parceiros (PMA, CVM, FAO, COSACA, Save the Children e AJUAGO)	Planificação de acções antecipadas; Activação dos PAAs.
3. Financiamento	FGC	PMA	DPM DARIDAS Parceiros (CVM, FAO, BAD, COSACA, Save the Children, etc)	Gestão dos fundos; Implementação dos PAAs; Monitoria da resposta.

Na fase de conceptualização, ao nível central, o GTT-SAP-AAs à Seca será coordenado pela DARIDAS (líder) e pelo CENOE (colíder). Assim de uma forma geral o INGD será responsável pela planificação estratégica de todo o GTT-SAP-AAs à Seca. Para além da coordenação geral, ao nível central, o GTT-SAP-AAs à Seca contará igualmente com três subgrupos com áreas de trabalho específicas (figura 1).

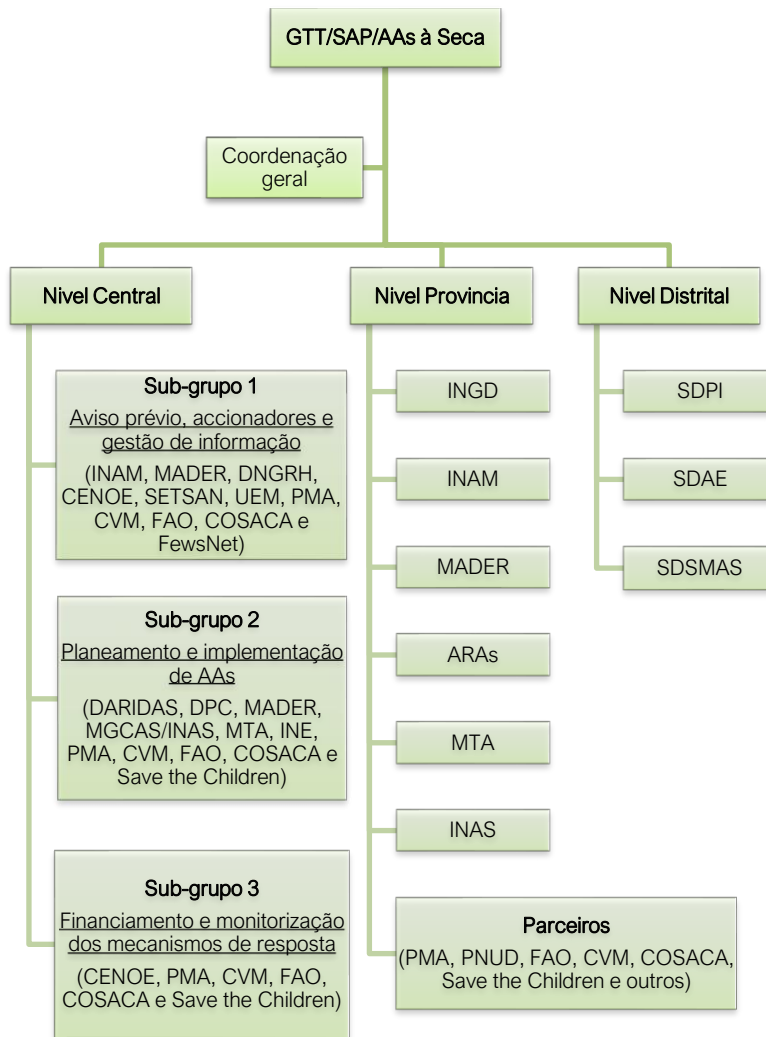


Figura 1: Organograma do GTT/SAP-seca

ANEXO 2

GUIÃO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DISTRITAIS DE ACÇÕES ANTECIPADAS À SECA

1. PROCEDIMENTO DE PLANIFICAÇÃO À NÍVEL DISTRITAL

Por se tratar de uma ferramenta nova de gestão do risco de secas, para a elaboração dos planos de acção antecipadas á seca recomenda-se a identificação dentro da Delegação Provincial do INGD de um **ponto focal** que possa fazer de ligação entre o nível central, a Província e os distritos nos vários momentos da planificação e implementação. Será responsabilidade do INGD, nível central de treinar e fornecer ao Ponto focal as informações necessárias para desenvolver este papel.

A planificação das acções antecipadas á Seca começa a partir do nível distrital, seguindo a metodologia apresentada na tabela 1. Em termos operacionais, a planificação é feita pelos membros do Conselho Técnico Distrital de Gestão e Redução de Risco de Desastre (CTDGD), através da coordenação multisectorial técnica do INGD dos níveis provincial e central, e contempla pelo menos dois dias de trabalho com o CTDGD. Quanto ao Grupo Alvo das sessões de elaboração dos PAAs, tem-se o CTDGD com enfoque para os seguintes sectores: Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI), Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS).

Tabela 1: Descrição dos procedimentos para a elaboração de PAAs-seca

N/o	Procedimento	Tempo	Descrição
Primeiro dia de trabalho com os CTDGD			
1	Indução teórica (anexo 1)	1 – 2 hrs	<ul style="list-style-type: none">• Introdução da filosofia de Financiamento baseado em Previsão;• Diferença entre os conceitos de Prevenção, Mitigação e resposta;• Diferença entre PLAs e PAAs (Anexo 4);• Relevância de AAs-seca e diferença entre as acções de resposta “convencionais”;• Critérios de elegibilidades AAs-seca;• Integração das AAs no Plano de contingência;• Elementos adicionais: critérios de vulnerabilidade e elegibilidade para os vários programas (INAS), previsão e monitoria de seca (INAM).

2	Capacitação em matérias de planificação e orçamentação de intervenções antecipadas	1 – 2 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do calendário de implementação: tempo da previsão, activação, implementação das acções e várias janelas com as próprias características diferentes; • Apresentação da estrutura/modelo da tabela de planificação de acções antecipadas á seca; • Explicação da relevância/pertinência de cada componente, tais como: acção intermediaria, indicadores e descrição das necessidades.
3	Histórico de secas no distrito	1 – 2 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do perfil histórico de secas no distrito, principais impactos e mecanismos de adaptação/resiliência.
4	Análise de vulnerabilidade à seca	1 – 2 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição dos cenários de seca, potenciais impactos e níveis de vulnerabilidade (tendo em conta as estatísticas agroclimáticas da campanha anterior); situação de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito (situação actual e prognósticos).
	Análise sectorial de resposta à seca	1 – 2 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Composição e função dos sectores para a resposta à seca.
Segundo dia de trabalho com os CTDGD			
5	Preenchimentos da tabela de planificação	6 – 8 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação, selecção, priorização, categorização, planificação e orçamentação das acções antecipadas á seca.
6	Apropriação dos Procedimentos Operacionais Padrão	2 – 4 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição dos procedimentos para a activação, financiamento, prontidão e implementação de acção de acções antecipadas á seca, bem como para a prestação de contas.
7	Passos subsequentes	0,5 – 1 hrs	<ul style="list-style-type: none"> • Definir cronograma detalhado dos próximos passos (Accção, período de implementação e responsável).
Trabalhos subsequentes			
8	Elaboração do Plano Distrital de Acções Antecipadas contra seca	1 – 3 semanas	<ul style="list-style-type: none"> • Harmonização da tabela de planificação/orçamento e de todas as componentes do plano com base na estrutura (tabela 4)

2. ACÇÕES ANTECIPADAS NO CONTEXTO DA SECA

Acções antecipadas são aquelas que, baseiam-se na previsão e que devem ser realizadas antes da ocorrência da seca, com vista a mitigar os seus impactos, tais como:

- a) Escassez de água para consumo humano;
- b) Escassez de água para consumo animal (especialmente gado bovino);
- c) Escassez de pasto para gado;
- d) Redução ou perda de produção agrícola;
- e) Insegurança alimentar e nutricional.

O catálogo multisectorial de AAs (tabela 2), apresenta intervenções que devem ser acauteladas com alguma antecedência de modo a garantir uma implementação efectiva e atempada das acções antecipadas propostas. Inclui as intervenções necessárias visando garantir o nível de prontidão para implementar as AAs durante a "fase de Activação".

Tabela 2: Catálogo Multisectorial de Acções Antecipadas à seca

Sector	Propostas de Acções Antecipada	Sub-Actividade	Intervenções de prontidão
1. Água	Construir e reabilitar sistemas de abastecimento de água	Construir furos profundos e/ou sistemas multi-uso	Lançamento de concursos para a contratação de um empreiteiro para reabilitação do Furo multifuncional de água (montagem da bomba, substituição do kit de peineis solar, revisão dos fios eléctricos operacionalização do furo)
	Aprovisionamento de água com tanques cisterna	Adquirir/alugar camiões cisterna	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição/aluguer de camiões cisterna

Sector	Propostas de Acções Antecipada	Sub-Actividade	Intervenções de prontidão
2. Agricultura	Distribuir insumos para 2 época (sementes de hortícolas e feijão nhemaba)	adquirir kit de sementes (tomate, cebola, repolho, alface, couve e feijão nhemba)	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para aquisição de insumos, e aluguer de viaturas para distribuição.
	Distribuir culturas tolerantes a seca (estacas de mandioqueira, rema de batata doce, mapira e mexoeira)	Adquirir kit de material vegetativo e de sementes (mapira e mexoeira)	
	Instalar sistemas de irrigação	adquirir kit de irrigação (motobomba, tubagem para rega gota a gota)	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição de motobombas e outros equipamentos de irrigação
	Promover campanhas de pulverização de cajueiros contra pragas e doenças	Adquirir fitofármacos	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição e distribuição de fármacos e pulverizadores.

Sector	Propostas de Acções Antecipada	Sub-Actividade	Intervenções de prontidão
3. Pecuária	Estabelecer Bancos Forrageiros	Aquisição de kit para produção de bancos forrageiros	Solicitação de espaço para o estabelecimento do banco forrageiro; Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição de mudas forrageiras
	Sensibilizar os criadores a produzir Feno	Aquisição de kits para produção de feno (Caiadeira, Enfardadeira, outros itens)	Demarcação de áreas reservadas a produção de feno; Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição e distribuição de equipamentos de produção de feno
	Sensibilizar os criadores a produzir os blocos de sais de minerais	Aquisição de kit para a produção de blocos de sais minerais	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição de ingredientes para a produção de blocos de sais minerais
	Aprovisionamento de medicamentos	Aquisição de kits de medicamentos /fármacos (Vitaminas, anti-inflamatórios)	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para a aquisição e distribuição de fármacos
4. Pescas (Aquacultura)	Promover piscicultura Sazonal (a base de lonas com estufa e de gaiolas)	Abertura de tanques piscícolas	Elaboração do procurement e assinatura de contractos para contratação/aquisição de equipamento de abertura de tanques; aquisição e alocação de lonas, alvins e ração.
		Capacitação dos piscicultores em matéria de manejo e biossegurança	Lançamento de concursos e assinatura de contractos para garantir a capacitação e assistências técnicas dos beneficiários
5. Acção Social	Prestar assistência aos agregados familiares mais vulneráveis através dos Programas de Protecção Social	Impressão de mapas de mapas de pagamento através do e-INAS	Identificação, selecção e inscrição dos potenciais beneficiários
		Execução das transferências monetárias	Assinatura de contractos com as operadoras móveis em casos de transferências electrónicas

As intervenções de prontidão podem variar desde a revisão de acordos com parceiros de cooperação, até a mobilização de fundos, preparação da logística e assinatura de novos acordos de cooperação. As actividades de prontidão devem ser levadas a cabo ao menos 2 a 3 meses antes do período de activação dos PAAs.

3. ESTRUTURA DOS PLANOS DISTRITAIS DE ACÇÕES ANTECIPADAS Á SECA

Sendo um instrumento de gestão do risco de seca ao nível do distrito, o Plano de Acções Antecipadas a seca, à semelhança do Plano de Contingência, apresenta uma estrutura padrão conforme indicado na tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Descrição da estrutura dos Planos de Acção Antecipada a Seca

N/º	Estrutura	Descrição
1	Capa	<ul style="list-style-type: none"> • Capa geral do documento
2	Índice	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de conteúdos do documento
3	Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Breve introdução da relevância do plano distrital de acções antecipadas contra a seca
4	Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição do objectivo geral e dos objectivos específicos do plano de acções antecipadas
5	Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição metodológica do processo de elaboração do plano de acções antecipadas
6	Contextualização Geral do Distrito	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualização geral do distrito em relação à seca (Descrição geográfica, climática, sócio económica e demográfica)
7	Histórico de secas no distrito	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil histórico de secas no distrito, principais impactos e mecanismos de adaptação/resiliência
8	Análise de vulnerabilidade à seca para época 2021/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição dos possíveis cenários de seca, potenciais impactos e níveis de vulnerabilidade (tendo em conta as estatísticas agroclimáticas da campanha 2020/2021); situação de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito (situação actual e prognósticos)
9	Análise sectorial de resposta à seca	<ul style="list-style-type: none"> • Composição e função dos sectores para a resposta à seca
10	Proposta de Acções Antecipadas	<ul style="list-style-type: none"> • Propostas de intervenções antecipadas prioritárias para as 3 janelas de intervenção bem como para os diferentes níveis de seca possíveis ao longo da campanha 2021/2022; • Descrição detalhada dos procedimentos para a implementação de cada Acção antecipada tendo em conta o tempo necessário para as questões logísticas.
11	Critérios de selecção dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição dos critérios usados para identificação dos beneficiários de cada Acção Antecipada á seca (anexo 1)
12	Acções de prontidão para a implementação de AAs	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição das principais etapas e respectivos mecanismos activação e implementação de cada Acção Antecipada á seca (anexo 2)
13	Cronograma de Actividades	<ul style="list-style-type: none"> • Calendarização das AAs propostas tendo em conta a previsão de ocorrência de seca
13	Orçamento indicativo	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamentação detalhada das acções antecipadas (anexo 1 -tabelas de planificação)
14	Lista de contactos	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos contactos chave para a implementação do plano de acções antecipadas

4. COMPOSIÇÃO DA TABELA ORÇAMENTO INDICATIVO

O Plano de Acção Antecipada é composto por duas partes essenciais, uma sessão descritiva e outra referente a planificação e orçamento denominada de Orçamento Indicativo. A tabela do orçamento indicativo é inspirada na tabela de planificação do PESOD e é composta pelas seguintes colunas:

- **Acção** – indicação da proposta de acção antecipada, por exemplo, “Promover o aprovisionamento de água (anexo 1 – acção 1)”.
- **Acção Intermediaria** - é uma sub acção da acção antecipada proposta. No caso do exemplo citado acima, a promoção do aprovisionamento de água pode ter como sub acção as seguintes intervenções: construção de cisternas e a reabilitação de sistemas multifuncionais de abastecimento de água.
- **Indicador** – é um parâmetro de referência que possibilita a definição de metas e o processo de monitoria e avaliação. No caso da construção de cisternas o indicador pode ser “o número de cisternas construídas”.
- **Meta** - é o objectivo que se pretende alcançar com a acção antecipada proposta.
- **Janelas de intervenção** – são os meses nos quais se prevê a implementação das acções antecipadas, conforme indicado na tabela 3, acima.
- **Níveis de seca** – refere-se a intensidade da seca, que pode ser leve, moderada ou severa. Para efeitos de referência, considera-se a seca que assolou a zona sul do país durante o El Nino dos anos 2015/2016 como sendo uma seca moderada.
- **Localização** – indicação das comunidades beneficiárias.
- **Beneficiários** - indicação do número da população beneficiaria. Neste ponto é importante indicar a proporção do género, isto é: número de homens e mulheres.
- **Responsável** – sector distrital responsável pela implementação da actividade. No caso da construção de cisternas nas escolas os sectores de Infraestruturas e de Educação é que são responsáveis. Entretanto, em relação a protecção social adaptativa, os programas de protecção social são da responsabilidade do Instituto Nacional de Acção Social.
- **Descrição das necessidades/etapas** – indicação dos procedimentos/etapas necessárias para a execução de cada sub-actividade. Por exemplo, no caso da construção de cisternas, as etapas consistem em: (1) contratação de empreiteiros e (2) monitoria do trabalho realizado pelo empreiteiro. Sempre que necessário deve-se

indicar também as componentes de salvaguardas sócio ambientais tais como a selecção e priorização de beneficiários e os Estudos de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito, especialmente dos projectos do sector de Infra-estruturas.

- **Custos, total e estimado** – estimativa do valor total das despesas para a implementação da sub-actividade.
- **Fonte de Financiamento** – entidade responsável pelo financiamento da actividade, que pode ser o Governo de Moçambique através do Orçamento do Estado e/ou Parceiros de Cooperação.
- **Observações** – descrição dos detalhes relevantes para a planificação e implementação da actividade, tais como: fórmulas usadas para a estimação dos custos totais, detalhes administrativos e outros.

5. CRITÉRIO PARA SELECÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Para garantir que as acções possam alcançar os mais necessitados e obter o máximo impacto positivo tendo em conta as questões de salvaguardas sócio ambientais, será necessário considerar critérios específicos. Para o efeito, pode-se considerar as seguintes abordagens:

1) Para as acções ligadas a actividades de subsistência (agricultura, pecuária e pesca), os beneficiários podem ser seleccionados com base conjugação das acções eleitas tendo em conta as actividades de subsistência mais vulneráveis aos impactos da seca com critérios de vulnerabilidade tais como:

- a) Agregados familiares chefiados por crianças, mulheres ou idosos;
- b) Agregados familiares com mulheres grávidas, doentes crónicos e/ou pessoas portadoras de deficiência;
- c) Agregados familiares com mais de 5 membros;
- d) Agregados familiares sem meios de subsistência.

2) Para acções relacionadas a intervenções infra-estruturais deve-se priorizar o investimento em infra-estruturas com o maior número de beneficiários considerando as comunidades mais necessitadas.

3) Para as acções ligadas a Protecção Social, será necessário considerar os critérios de selecção de beneficiários definidos para cada Programa.